

escola **i**nformação

DIGITAL | N.º 46 | JUN/JULHO 2025



CADERNO

**Programa do Governo:
Escola Pública sob ataque | Pág. 4**

**SPGL
SINDICATO
DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA**

sumário



Encontro DEC(i)ÊNCIA: Em defesa da Ciência Pública e pelo fim da precariedade na Ciência (Carcavelos, 9 de julho de 2025).

editorial

3

caderno

4

escola
em movimento

23

cidadania

35

breves

49

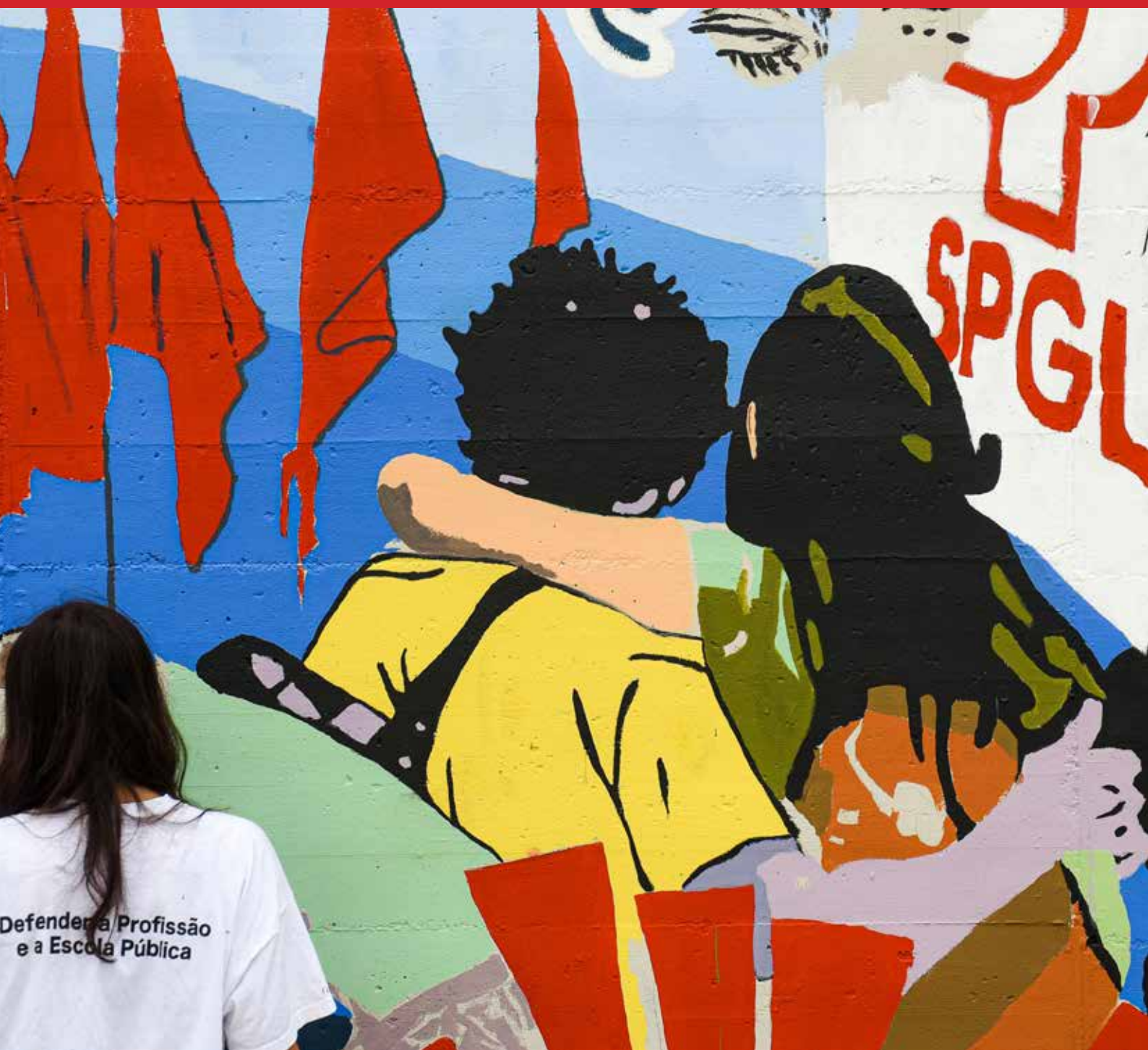


O caminho certo é a valorização da carreira

Chegou ao fim mais um ano letivo marcado pelo agravamento do flagelo da falta de professores, a qual afeta negativamente a vida de muitos dos nossos alunos. O ministro vai avançando de Plano em Plano, rebuscando soluções para a resolução do problema, mas os números são o que são e contam outra verdade. O único indicador que nos permite perceber se o problema da falta de professores se agravou ou não é o número de horas em horários que, não tendo sido preenchidos nas reservas de recrutamento, vão para a contratação de escola e confirmam que o problema se agravou, tanto na comparação homóloga como na comparação final.

Sem nunca ter apresentado uma avaliação séria e rigorosa do Plano I, o ministro apresentou recentemente o Plano + Aulas + Sucesso II, que reproduz muitas das propostas do primeiro, nomeadamente a possibilidade de os professores adiarem o pedido de reforma, a contratação de aposentados e reformados e, mais uma vez, o reforço do recurso a horas extraordinárias. Neste novo plano, a grande novidade anunciada na recente reunião com as estruturas sindicais foi o alargamento do subsídio de deslocação a todos os docentes deslocados, medida que a FENPROF há muito defende e que decorre de processo legislativo desencadeado na AR que, recorde-se, até teve votos contra de PSD/CDS.

Não são medidas retocadas em planos que vão resolver o problema da falta de professores, o caminho certo é mesmo a valorização da carreira. Essa é a nossa agenda. •



PROGRAMA DO GOVERNO: ESCOLA PÚBLICA SOB ATAQUE

O Programa do XXV Governo Constitucional aprofunda a desresponsabilização do Estado em relação à Escola Pública, à profissão docente e ao direito à Educação consagrado na Constituição da República Portuguesa. A pretexto de supostas reformas, demite-se também do cumprimento das funções sociais do Estado. Acresce que pretende introduzir alterações na legislação laboral que, caso se concretizassem, representariam um autêntico retrocesso. Face a este projeto político que colide com princípios constitucionais, este Programa merecerá a firme oposição dos trabalhadores. •

MECI deve ser decisor e não mero regulador

«REDEFINIR O PAPEL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO,
REFORÇANDO AS RESPONSABILIDADES DE REGULADOR»

PROGRAMA DE GOVERNO, P. 164



José Feliciano Costa
Presidente SPGL

Este é o projeto político de um governo que urge combater, um projeto que tem de ser denunciado, pelo perigo que comportam as suas reais intenções de destruição da Escola Pública

Uma análise concreta do programa do governo para a Educação vai implicar o conhecimento das medidas efetivas que venham a ser anunciadas para este setor, porque muitas das formulações do texto já conhecido se refugiam atrás de ambiguidades, de frases que podem ter distintos significados e de múltiplas repetições.

No entanto, mesmo nas entrelinhas, é possível antever que muita da linguagem presente no programa serve de base a um enquadramento que pretende implementar, nas políticas educativas, uma lógica de mercado, princípio da liberdade de escolha para aprender, a livre concorrência, a competitividade entre escolas e a redefinição/desregulação do papel do Estado, neste caso do MECI.

Surge também a introdução de um discurso da prestação de contas, da valorização dos resultados, da avaliação externa das escolas, das métricas da comparação e tendo sempre como referência, o PISA, originário da OCDE, claramente comprometido com uma concepção neoliberal da educação em detrimento da prática pedagógica.

Este é o projeto político de um governo agora respaldado numa maioria de direita e de extrema-direita parlamentar que urge combater, um projeto que tem de ser denunciado, pelo perigo que comportam as suas reais intenções de destruição da Escola Pública e que, a concretizar-se, será um retrocesso completo na nossa história recente.



Marcha Frente Comum (17/07/25)

É tudo isto que está em jogo, uma Escola Pública que dê respostas educativas de qualidade e que responda ao desenvolvimento integral das crianças e jovens, o que implica investir para quebrar este ciclo de subfinanciamento; essa, sim, tem de ser a opção política de fundo.

Não queremos uma escola onde a educação seja cada vez mais considerada um bem privado, nem uma escola que reproduza um dualismo, o da escola das elites, de uma minoria privilegiada e a escola das massas, da maioria dos menos privilegiados.

Mais uma vez, teremos de resistir, defender a Escola Pública e lutar pelo reconhecimento do seu papel determinante no desenvolvimento nacional, cultural, educativo, económico e civilizacional. •

Adiamento da revisão do estatuto da carreira docente (ECD) eterniza a falta de professores

«ATÉ AO FINAL DA LEGISLATURA REVER O ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE»

PROGRAMA DE GOVERNO, P. 165



António Anes
Vice-Presidente SPGL

Se o MECI continuar a meter a cabeça na areia e continuar a adiar a revisão da carreira docente [final da legislatura], o problema da falta de professores continuará.

Pode o MECI verter lágrimas de crocodilo pela falta de professores!

Pode o MECI remendar com várias medidas avulsas a sua solução!

Pode o MECI aumentar administrativamente as vagas para os cursos de formação de professores!...

Enquanto não fizer uma valorização da carreira dos professores; enquanto não criar condições de trabalho e suprir as ilegalidades dos horários de trabalho; enquanto continuar a aumentar a carga semanal do horário de professores que já vai em 50 horas ... não haverá remédio para a falta de professores.

As medidas que a atual equipa ministerial implementou para o ano letivo que agora termina, podem ter disfarçado o problema mas não o superaram. Pelo contrário. Este ano letivo houve um aumento de alunos sem aulas: média semanal de 30 mil alunos sem professor. Números que o MECI não consegue desmentir refugiando-se antes numa nebulosa, inoperante e inconclusiva “auditoria ao número de alunos sem aulas” divulgada pelo relatório da KPMG. E só não foi pior devido ao aumento brutal de horas extraordinárias atribuídas aos docentes, do aumento de contratação de docentes com habilitação própria e do recurso a pessoas sem qualquer requisito habilitacional (habilitação profissional ou própria), contratando-os como “técnicos especializados”.

«REVER-SE-ÃO AS HABILITAÇÕES PARA A DOCÊNCIA»

PROGRAMA DE GOVERNO, P. 161

Se o MECI continuar a meter a cabeça na areia e continuar a adiar a revisão da carreira docente, o problema da falta de professores continuará. Só a implementação de medidas estruturais que confirmam atratividade à profissão docente e à carreira (eliminação da precariedade; regulamentação de horários e condições de trabalho justos; recuperação integral do tempo de serviço dos professores; fim das vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões; um regime de aposentação adequado às especificidades da profissão) será solução. Exige-se que se inicie a revisão da carreira docente já.●

Marcha Frente Comum (17/07/25)



Aprofundamento da gestão não democrática

«NOVO MODELO DE AUTONOMIA E GESTÃO DAS ESCOLAS»

PROGRAMA DE GOVERNO, P. 28



Cátia Domingues
Vice-Presidente SPGL

O anunciado pacote legislativo para a área da Educação, a ser apresentado pelo MECI, promete aprofundar a já grave concentração de poderes nas mãos dos diretores.

A confirmar-se a intenção de rever o atual regime de gestão, afastando ainda mais a participação democrática dos docentes e da comunidade escolar, estaremos perante um retrocesso. O SPGL e a FENPROF sempre defenderam um modelo de gestão colegial e participado, assente na eleição dos órgãos de direção pelas comunidades educativas. O atual modelo, imposto há 16 anos, desvaloriza os órgãos intermédios, exclui os docentes das decisões e transforma as escolas em estruturas hierarquizadas e autoritárias.

A democracia também se aprende e vive na escola. Por isso, qualquer alteração deve ir no sentido oposto: devolver às escolas a voz, a escolha e a autonomia que lhes têm sido negadas. A escola pública precisa de mais democracia, não de mais autoritarismo.

O SPGL não deixará de combater qualquer tentativa de reforçar um modelo que exclui e silencia os profissionais da educação.●

“Municipalização” + “Complementaridade” = Privatização da Educação



Jorge Gonçalves
Vice-Presidente SPGL

O processo de transferência de competências para os municípios constituiu uma clara desresponsabilização do poder central, que se pretendeu livrar de funções sociais, assim como, do descontentamento que resulta da falta de investimento público, nomeadamente na área da educação.

No Programa do Governo destaca-se que se vai “aprofundar o processo de transferência de competências, (...) confiando às autarquias locais, comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas a responsabilidade efetiva pela gestão dos serviços públicos”.

Precisamos de reafirmar que uma verdadeira transferência de competências, qualquer que fosse o modelo adotado, deveria começar com uma definição clara e fundamentada das responsabilidades que devem caber à administração central, à administração regional e local, e às próprias escolas e agrupamentos, de forma sustentada, permitindo eliminar assimetrias e não acentuá-las. Para isso, o que é necessário na educação é a reversão do processo de transferência de competências para os municípios.

Ao mesmo tempo, no Programa do Governo, gaba-se a “complementaridade entre os setores público, privado e social”, ou seja, sem eufemismos, uma Escola Pública subfinanciada e ao mesmo tempo o financiamento de privados, ao sabor dos lucros. O caminho não pode ser este, para cumprir o direito à educação.●

**«CONCRETIZAR O SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS
PARA AS AUTARQUIAS»**

Escola Pública: Privatização não é solução!

«EM TODOS OS CICLOS E OFERTAS, MAS EM PARTICULAR NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, NO ENSINO ARTÍSTICO, NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E NO ENSINO PROFISSIONAL O SETOR PRIVADO DESEMPENHA UM PAPEL ESSENCIAL»

PROGRAMA DE GOVERNO, P. 163



Catarina Teixeira
Dirigente SPGL

Creches / Educação Pré-Escolar **Financiamento do sector privado** **em detrimento da Escola Pública**

Por esta altura, milhares de famílias deparam-se com a falta de lugar para as suas crianças na creche, estimando-se que em 2023 a taxa de cobertura média, entre a rede social e a rede privada, era de 55% a nível nacional, cerca de 50% no distrito de Lisboa e num concelho como o de Sintra a taxa da cobertura de vagas estava abaixo dos 30%.

Para responder a esta lacuna, o Governo do PSD/CDS propõe no seu programa zero, um grande vazio, em relação à criação de uma rede pública de creches. Apesar de pretender integrar as creches no sistema educativo tutelado pelo MECI, apenas refere a continuação do alargamento do programa Creche Feliz. E convém lembrar que o aumento de vagas nestas faixas etárias está associado à alteração legislativa do número de crianças por sala, mantendo o número de trabalhadores e diminuindo a qualidade da sua resposta.



Também ao nível da Educação Pré-Escolar, o Governo tem no seu programa, a opção da contratualização com o sector social, particular e cooperativo, em detrimento do investimento no alargamento da rede pública, dando de bandeja aos privados mais de 42,5 milhões de euros até 2028. Com um programa que não foi rejeitado pelos partidos como o PS, a IL ou o CH, ficam claras as opções políticas do Governo PSD/CDS: o financiamento do sector privado em detrimento da Escola Pública, Gratuita, Inclusiva e de Qualidade.●



Manuel Guerra
Dirigente SPGL

Ensino Artístico

O caminho deve ser outro: criação de uma rede pública de ensino artístico e valorização dos seus trabalhadores

Quando tantos, com responsabilidades, fazem-se de surpreendidos pelo «estado das coisas» junto de crianças e jovens ou o estado da Democracia no momento presente, talvez valesse a pena olhar para o estado da educação e da cultura, cujos direitos constitucionais, apesar do esforço e da dedicação dos seus trabalhadores, continuam por cumprir.

Um elemento preciso, mas seguramente indispensável para a garantia de uma efectiva Escola Pública, para enfrentar os desafios do presente e para criar uma cultura alternativa, passa certamente por um olhar diferente para a educação artística. E ainda que a educação artística não se esgote no ensino artístico especializado, também neste âmbito é urgente uma intervenção decidida, com soluções há muito apontadas pelo SPGL e pela FENPROF.

Porém, lendo o programa do Governo, no seu «capítulo 10. Educação, Ciência e Inovação» compreendemos que a referência que o MECI produz sobre ensino artístico serve, em boa verdade, para se demitir da sua responsabilidade e apontar o caminho da privatização. Leia-se bem: «Em todos os ciclos e ofertas, mas em particular na educação pré-escolar, no ensino artístico, na educação inclusiva e no ensino profissional, o setor privado desempenha um papel essencial (...)»]. Tal caminho só pode merecer a nossa firme oposição!

Sim, uma outra cultura é possível. Como há muito afirmamos, urge a criação de uma verdadeira rede pública de Ensino Artístico Especializado, urge a valorização dos seus trabalhadores, muitos dos quais no total esquecimento há largos anos! •



Jorge Humberto
Dirigente SPGL

Educação Inclusiva

Apregoar a Inclusão e piscar o olho à Exclusão

Este Programa de Governo anuncia uma avaliação da legislação da Inclusão, que é uma necessidade pelos inúmeros problemas de aplicação no terreno, com disparidades de aplicação, para além da falta de recursos.

No entanto, há fundados receios de retrocesso pela ausência de uma intenção clara de investimento no público, com referências expressas à importância do setor privado também na Inclusão. Anuncia-se ainda uma revisitação aos contratos de associação e cooperação, bem como o apoio a famílias carenciadas para frequentar o privado.

Se a isto juntarmos a intenção de melhorar a intervenção dos pais nos processos de decisão, qual a ideia de inclusão subjacente?

Retomar uma política de institucionalização, transformando “escolha das famílias” numa forma de exclusão paga pelo próprio Estado?

Sabemos que ao não apostar no ensino público, cria-se uma degradação que se torna argumento para respostas paralelas não inclusivas, revertendo o caminho seguido.

Cabe à comunidade educativa pugnar por uma Escola Inclusiva que passa sempre pelo ensino público, como o seu lugar de construção através de equidade, universalidade e coesão nacional. Assim o diz toda a investigação e os documentos estruturantes internacionais que o país subscreve.●





Pedro Nunes
Dirigente do SPGL

Ensino Privado **É preciso transpor o sentido** **das palavras para ações concretas!**

Ao analisarmos o Programa do Governo para a Educação, verificamos uma suposta relevância atribuída à educação pré-escolar, ao ensino artístico e ao ensino profissional no setor privado.

Contudo, temos assistido repetidamente, principalmente no setor social, a uma injeção contínua de verbas, por via de Acordos de Cooperação, que não se tem refletido na valorização e dignificação profissional dos docentes das IPSS e Misericórdias.

Também nos ensinos artístico e profissional, dependentes de financiamento público, a situação é preocupante. Apesar de previsto nos Programas do anterior e do atual Governo, ainda não se vislumbra uma efetiva alteração dos modelos de financiamento destes setores, que a ocorrer poderia contribuir de forma positiva para a negociação coletiva.

Por último, a dinamização da contratação coletiva referida pelo Governo não passará de mera ilusão sem a revogação definitiva da norma da caducidade das convenções coletivas existente no Código do Trabalho.

Estaremos atentos! ●

O Programa do Governo aponta à mercantilização do conhecimento



Raquel Ribeiro
Dirigente do SPGL

O Programa do Governo para o Ensino Superior e Investigação é uma lista de promessas vagas que acelera políticas em curso e aprofunda transformações no sector. A revisão do RJIES continua a pôr em causa a democracia das instituições (na eleição de reitores e Conselho Geral), podendo até vir a alterar a Lei de Bases de Financiamento do

Ensino Superior. Como temos vindo a alertar, as revisões dos Estatutos da Carreira Docente Universitária e Politécnica (ECDU e ECDESP) são importantes, mas a proposta de um “Estatuto da Carreira Única com perfis diferenciados” surge após a aprovação do Estatuto da Carreira de Investigação, gerando dúvidas sobre os reais objetivos do executivo.

Assim, o anúncio de 3% do PIB para Ciência sem garantias de financiamento às IES ou FCT são apenas números vazios. Sem surpresas, o Governo omite todas as questões laborais do sector: bolseiros sem direitos, cortes nos concursos FCT, precariedade dos investigadores do DL57 e progressão docente.

Sob chavões como “empreendedorismo”, “modernização” e “criação de um Fundo de Fundos”, escondem-se potenciais desregulações: “flexibilizar exclusividade” apontará ainda mais à precarização laboral, enquanto a revisão da Lei da Ciência corre o risco de subordinar a investigação pública a interesses privados.

O Programa do Governo aponta à mercantilização do conhecimento através de um aparente processo de privatização do ESI e a alteração substancial dos seus mecanismos reguladores.●



Marcha da Frente Comum (17/07/25)

Tentar implementar uma política de terra queimada na Administração Pública



Sebastião Santana
Coordenador Frente Comum

Apoiado num Programa de Governo reacionário e num quadro parlamentar onde a extrema-direita tem uma expressão nunca alcançada, o Governo do PSD/CDS-PP vai tentar implementar uma política de terra queimada na Administração Pública.

Após décadas de ausência de resposta a problemas concretos, vive-se um propositado falhanço de políticas públicas, com o objetivo de degradar – ainda mais – os Serviços Públicos e as Funções Sociais do Estado.

Para alcançar esse objetivo, o atual governo anuncia alterações legislativas com dois objetivos centrais: por um lado, permitir a entrada do sector privado, nas suas diferentes formas, em Serviços como o SNS e a Escola Pública; por outro, individualizar as relações de trabalho e limitar a capacidade de resistência dos trabalhadores às mudanças que quer implementar. É explícita, tanto no Programa de Governo como nas declarações de diversos dos seus membros, a vontade de desconstruir o edificado legal que resultou da Revolução de Abril. Refiro-me, em concreto, à forma como o desenvolvimento das carreiras se faz hoje – já bastante condicionado a políticas de desvalorização do trabalho e de degradação do vínculo – e, entre outras, à Lei da Greve.



Marcha da Frente Comum (17/07/25)

Sem qualquer pudor, ouvimos o Governo anunciar que os serviços mínimos “devem ser possíveis em todas as áreas”. A concretizar-se, esta será uma das mais relevantes alterações às já difíceis condições de resistência dos trabalhadores.

Travestidas de suposta “modernidade”, as alterações às relações de trabalho, nomeadamente a sua individualização, tenta recuperar um quadro de acentuada exploração dos trabalhadores e precarização dos vínculos, com

impacto facilmente antecipável na perenidade dos postos de trabalho e, consequentemente, dos Serviços Públicos como os conhecemos.

É evidente a cedência a interesses que não são os dos trabalhadores, nem do País. Trata-se de tentar transformar o Estado num mero regulador, enquanto o sector privado assume cada vez maior relevância na satisfação de necessidades básicas. Naturalmente, a fatura chegará aos cofres do Estado e aos bolsos dos contribuintes.

Perante este quadro, coloca-se aos trabalhadores de todos os sectores e aos seus Sindicatos de Classe, uma ainda maior exigência. Por um lado, é necessário mobilizar todas as forças para o combate a estas políticas, por outro, é urgente esclarecer toda a população da necessidade de reforço dos Serviços Públicos, em todas as áreas, uma vez que são estes o garante do cumprimento dos direitos constitucionais, numa lógica de progresso e não de lucro.

Desafios não faltam a todos os democratas nos dias que correm. Porém, será a nossa unidade, solidariedade e Luta a determinar o rumo do País. Hoje, como sempre, a Luta dos trabalhadores é o elemento-chave para o progresso social.●



Marcha da Frente Comum (17/07/25)

Alterações na legislação laboral, caso se concretizassem, representariam retrocesso



Tiago Oliveira
Secretário-Geral da CGTP-IN

Num momento em que se agravam as condições de vida, em que os baixos salários se confrontam com o brutal aumento do custo de vida, num quadro em que a desregulação dos horários de trabalho impossibilita a conciliação da vida profissional com a vida familiar, o Governo PSD/CDS pretende introduzir alterações na legislação laboral que, caso se concretizassem, representariam um retrocesso nos direitos,

criariam mais condições para a acentuar a exploração, promoveriam maiores desigualdades, precariedade e individualização da relação laboral.

Apresentadas com a justificação da necessidade de flexibilizar uma legislação demasiado rígida – a mesma e estafada tese que é aplicada há mais de 20 anos – fazendo tábua rasa das consequências para os trabalhadores das sucessivas e negativas alterações introduzidas desde que entrou em vigor o Código do Trabalho, o Governo apresentou um documento que altera mais de cem artigos. São alterações que, com indisfarçado entusiasmo das confederações patronais, configuram um assalto aos direitos e incidem sobre algumas das principais matérias que regulam a relação laboral.



Assim, sem prejuízo de uma leitura mais aprofundada e longe de esgotar o alcance e abrangência das alterações propostas, o Governo quer:

- i) desregular os horários de trabalho;
- ii) fomentar a precariedade;
- iii) atacar gratuitamente os direitos dos trabalhadores;
- iv) limitar o direito à greve;
- v) atacar a liberdade sindical;
- vi) atacar ainda mais a contratação colectiva;
- vii) ampliar a negação da aplicação do princípio do tratamento mais favorável;
- viii) perpetuar os baixos salários;
- ix) embaratecer os custos do trabalho;
- x) revogar o mecanismo de fiscalização e suspensão do despedimento ilícito.



A CGTP-IN não só rejeita e combaterá o retrocesso que representa este anteprojecto do Governo, como exige alterações na legislação laboral que reequilibrem as relações laborais, que potenciem um aumento geral e significativo de todos os salários, que reduzam o tempo de trabalho para as 35 horas e regulem os horários, que libertem a contratação colectiva da chantagem patronal que a norma da caducidade possibilita, que garantam o exercício do direito à greve, que reponham os 25 dias de férias, sem quaisquer condicionalismos. •

[Texto completo](#) ➤

Falta de investimento nas funções sociais vs. corrida ao armamento



André Levy
Dirigente SPGL

A Constituição da República Portuguesa consagra o direito à saúde, à habitação, à educação, ciência, e cultura, entre outros. Direitos que não passam de letra morta sem um compromisso político, traduzido em despesa pública. No entanto, os OE de sucessivos governos têm demonstrado como a garantia destes direitos fundamentais não são prioridades. Com justificações diversas, como o equilíbrio das contas públi-

cas, Portugal tem ficado muito aquém das recomendações internacionais para estas áreas. É pois confrangedor a rapidez e subserviência com que Portugal respondeu à meta para o investimento em defesa imposta por Trump no quadro da NATO. Em 2024, a despesa de Portugal em defesa atingiu 1.6% do PIB. Montenegro assumiu gastar 2% do PIB já este ano, com a meta de atingir 3.5% até 2035.

É claro que tal subida no financiamento da guerra implica reduções nas despesas sociais e alterações de fundo, por exemplo, nas prioridades da I&D.

Cabe lembrar que a CRP também preconiza a dissolução dos blocos político-militares e a solução pacífica dos conflitos internacionais.●





Conferência de Imprensa

Mais um ano marcado pela ineficácia da ação governativa. Falta de professores exige soluções urgentes!

A FENPROF apresentou no dia 25 de julho, em conferência de imprensa, um balanço do ano escolar 2024/2025, com especial enfoque no problema da década na Educação: a falta de professores nas escolas portuguesas, problema para o qual o governo tem perdido tempo para encontrar soluções falhadas.

O presente ano letivo fica marcado pelo agravamento do principal problema da Educação, nesta década, a falta de professores. Para melhor evidenciar

esta situação a FENPROF analisou três indicadores fundamentais: o número de horas em horários de contratação de escola; o número de professores disponíveis para contratação; o número de aposentações docentes.

Em suma, tivemos mais alunos afetados pela falta de professores, temos menos professores disponíveis e um elevado número de aposentações que não será compensado pelo número de entradas.

O problema vai agravar-se!

Não são as medidas inscritas no retocado “plano +aulas +sucesso 2.0” que vão resolver o problema da falta de professores. Não é por via da sobrecarga dos que estão no sistema, pelo recurso a aposentados e aposentáveis, nem pelo aligeiramento dos requisitos para a aquisição de habilitação profissional e de habilitação própria que se garante uma escola pública de qualidade e uma profissão digna.

O caminho certo é o da aprovação de medidas estruturais e já! A mais importante é mesmo a revisão do ECD. Neste âmbito, a FENPROF tem propostas:

- Criação de incentivos à fixação de docentes em zonas carenciadas, em valor nunca inferior a 40% do 1.º escalão, 1.714,11€;
- Apoio à deslocação de igual valor ao pago na Administração Pública;
- Abertura de mais vagas em QA e EnA;
- Valorização da carreira, passando tal pela adoção de uma carreira mais curta (26 anos), com escalões de 3 anos (o primeiro de 2) e com uma efetiva valorização dos primeiros escalões;
- Melhoria dos horários e condições de trabalho, considerando todo o trabalho com alunos como CL, a CNLE exclusivamente para as atividades sem alunos e as reduções do art.º 79.º revertidas para a CNLI;
- Recuperação integral do tempo de serviço, isto é, garantindo que, concluída a recuperação do tempo de serviço em 2027, cada professor será posicionado na carreira de acordo com o número de anos de serviço que tem;
- Compensação dos professores que não recuperaram nenhum ou parte do tempo de serviço com uma majoração do valor da aposentação.

[Texto completo](#) 

Esperamos (mais uma vez) que o próximo ano letivo seja diferente



Joaquim Carvalho
Dirigente SPGL

Em junho, a FENPROF enviou ao MECI um ofício, até ao momento sem resposta, a solicitar a abertura de um processo negocial sobre a organização do próximo ano letivo. A sua implementação não é um mero ato administrativo, pelo que é necessário que seja negociada!

Ano após ano, a tutela mantém práticas que violam os direitos dos docentes e comprometem o seu bem-estar e desempenho profissional.

Persistem abusos nos horários, nomeadamente na recusa de compensação aos diretores de turma, na desregulação da monodocência e nas reduções previstas no art. 79.º do ECD, transformando uma medida de proteção contra o desgaste numa forma de sobretrabalho. Continua ainda a imposição de tarefas alheias à função docente e a constituição de turmas acima dos limites legais. A burocracia excessiva consome o tempo que deveria ser dedicado à preparação das aulas. Relatórios, plataformas e grelhas desviam os professores das suas reais funções. Urge respeitar a distinção entre componente letiva e não letiva de estabelecimento, frequentemente usada para legitimar abusos como a inclusão de apoios e tutorias fora da componente letiva. Os horários continuam a ser construídos em função das conveniências da gestão, e não do respeito pelos limites legais e humanos do trabalho docente. A saúde mental e física dos profissionais está a pagar esta fatura.

O SPGL e a A FENPROF continuarão a lutar, a denunciar e a negociar, sempre do lado dos docentes e da escola pública. Exigimos que o próximo ano letivo seja, finalmente, diferente.●



Submissão do Atestado Médico de Incapacidade Multiuso (AMIM)

Um problema que parece estar em fase de resolução

Lígia Calapez e Sofia Vilarigues | Jornalistas

O “problema da submissão do Atestado Médico de Incapacidade Multiuso (AMIM) parece estar em fase de resolução”, considera a FENPROF, em comunicado de 15 de julho, em que sublinha, entretanto, que não deixará de voltar a intervir “se constatarmos que os direitos consagrados na lei não são garantidos por razões administrativas ou de incapacidade de resposta dos serviços”.

Este desenvolvimento, na sua generalidade positivo, do problema da submissão do AMIM, culmina um processo em a FENPROF interveio ativamente face às dificuldades sentidas por muitos docentes na obtenção atempada do atestado, um percurso “que se tem revelado, para muitos, verdadeiramente kafkiano”.

A FENPROF lembra que “a proteção na doença é um direito fundamental e não pode ser negada ou condicionada por entraves burocráticos”. E sublinha: “a viabilização da MpD [Mobilidade por Doença] para quem dela necessita é do interesse das escolas e do MECI para garantir que os/as docentes em causa tenham condições adequadas para poderem exercer a profissão”. •



Apelo à intervenção urgente da IGEC/MECI:

Condições inadequadas nas salas de educação pré-escolar e 1.º ciclo

O SPGL e os sindicatos da FENPROF têm vindo a constatar com preocupação diversas situações que colocam em causa a qualidade da prática pedagógica e o bem-estar das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

Nesse sentido, a FENPROF dirigiu à Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) um apelo para a clarificação e intervenção relativamente a dois problemas centrais:

1. Falta de assistentes operacionais nas salas de jardim-de-infância;
2. Gestão das faltas de curta duração dos docentes.

A FENPROF solicitou esclarecimentos sobre as medidas que devem ser implementadas para garantir o cumprimento da legislação e das condições pedagógicas exigidas, mesmo em situações pontuais de ausência de docentes e que esses esclarecimentos sejam remetidos às direções dos agrupamentos de escolas.

Pela defesa da qualidade da educação e dos direitos das crianças, exigimos respostas e soluções! •

Texto completo 



Educação Pré-Escolar e 1.º CEB

Calendário é pedagógica e socialmente inaceitável!



Dulce Arrojado
Dirigente SPGL

Manter o calendário escolar do Pré-escolar e 1.º CEB até ao final de junho, não tem qualquer justificação pedagógica, limitando-se a sobrecarregar as crianças e os docentes com tempo excessivo de atividades letivas.

Tal prolongamento levanta sérias preocupações, porque ocorre num tempo em que se registam temperaturas elevadas, em escolas sem condições físicas, prejudicando o bem-estar das crianças, servindo apenas o interesse de mantê-las ocupadas, resolver problemas de ordem social e de resposta às necessidades das famílias e não com finalidade escolar.

Esta diferenciação entre ciclos de ensino agrava desigualdades e desconsidera as necessidades, tanto das crianças, como dos profissionais. Crianças tão pequenas necessitam que respeitem o seu ritmo de aprendizagem e o direito a brincar, proporcionando novas soluções de tempo lúdico e de espaços atrativos para brincadeira livre e a socialização.

Face a esta situação, a FENPROF e os seus sindicatos exigem que se proceda à harmonização do calendário escolar, em respeito pelas crianças e pelos docentes! •

FENPROF reúne com partidos com assento parlamentar

A FENPROF iniciou, no dia 30 de junho, o ciclo de reuniões com grupos parlamentares da Assembleia da República. Face à disponibilidade manifestada, numa primeira ronda reuniu com o grupo parlamentar do PCP, a deputada do BE e o grupo parlamentar do LIVRE. Mais recentemente, no passado dia 24 de julho, reuniu com os grupos parlamentares de PSD, CDS-PP e PS.

Nestas reuniões, entre outros aspetos, foram apresentados os documentos aprovados no 15.º Congresso Nacional de Professores (FENPROF), como o Programa de Ação para o triénio 2025/2028, a resolução para a Ação Reivindicativa e as cartas reivindicativas setoriais, e ainda a proposta negociada de revisão do Estatuto da Carreira Docente, matéria já abundantemente discutida com os professores e reafirmada nas reuniões como prioritária, mas que o programa do governo, ao contrário do que chegou a ser anteriormente anunciado, parece querer empurrar para um futuro distante.

Nestas reuniões, a FENPROF apresentou também as suas preocupações com o já referido programa do governo que está claramente orientado para a redução da ação do Estado no que às funções sociais diz respeito, num alinhamento de persistência e aprofundamento de um modelo neoliberal do Estado. •

Pedido de audiência MECI (FENPROF)

Cumprindo as decisões do 15.º Congresso Nacional dos Professores, o Secretariado Nacional da FENPROF deslocou-se ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação, no passado dia 11 de junho, para solicitar uma primeira reunião com o ministro e entregar os documentos aprovados em Congresso, que irão nortear a ação reivindicativa da FENPROF nos próximos 3 anos. Desde então, e sob a forma de ofício, a FENPROF tornou a contactar o MECI sem que até ao momento tenha sido manifestada disponibilidade para agendar a reunião requerida. •



Encontro Dec(i)ência

No 9 de julho, os trabalhadores científicos marcaram forte presença no protesto co-organizado pela FENPROF, intitulado “[Encontro DEC\(i\) ÊNCIA: Em Defesa da Ciência Pública e pelo Fim da Precariedade na Ciência](#)”. O protesto decorreu em paralelo com a sessão inaugural do Encontro Ciência 2025. •

Inquérito às condições de precariedade dos docentes convidados

Está aberto um [inquérito às condições de precariedade dos docentes convidados](#) que visa contribuir para uma melhor compreensão da sua realidade laboral e para a avaliação da dimensão da precariedade no ensino superior. •

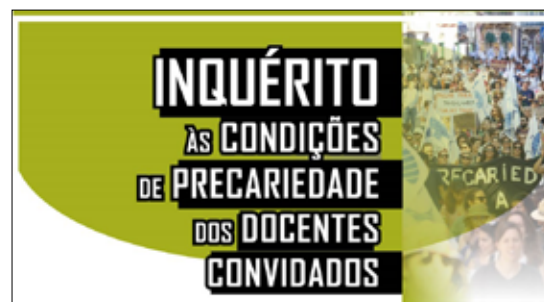




Imagem: ES Albufeira Poente no âmbito da iniciativa «Ser Tolerante é...», organizada pelo SPGL por ocasião do Dia Internacional da Tolerância.

**SPGL denuncia discurso xenófobo
no Parlamento e apela à defesa da escola
como espaço de inclusão**

SPGL denuncia discurso xenófobo no Parlamento e apela à defesa da escola como espaço de inclusão

O Sindicato de Professores da Grande Lisboa (SPGL), manifesta a sua profunda consternação perante os recentes episódios ocorridos na Assembleia da República, nos quais foram proferidos nomes de crianças com o claro propósito de alimentar uma retórica populista, demagógica e, sobretudo, o de encorajar sentimentos xenófobos e racistas.

Instrumentalizar crianças, que frequentam as nossas escolas, para construir uma narrativa que opõe os "nossos" aos "outros" representa não só uma violação ética inaceitável, uma inqualificável irresponsabilidade política, mas sobretudo um inenarrável atentado à dignidade humana. Atentado esse que, acompanhado de outros tantos a que temos assistido, poderão vir a constituir fatores potenciadores de atos de violência ou de Bullying de índole racial nas nossas escolas.

A escola por que lutamos todos os dias não se reconhece no preconceito, na exclusão ou no ódio. Advém, ademais, que a escassez de vagas nas nossas escolas - problema real e ao qual urge dar resposta - não se resolve com ataques à diversidade, mas antes com opções políticas claras e determinadas.

O SPGL, como sempre, estará na linha da frente na defesa da Escola, tal como consagrada na Constituição da República Portuguesa, dos seus profissionais e de todas as crianças e jovens que nela aprendem e crescem. Não há educação sem respeito. Não há democracia sem dignidade. •

[Ler Tomada de Posição \(completa\)](#)





Cinema, cem anos de juventude

9 ensaios em torno de um tema: Indivíduo, Grupo, Comunidade

Lígia Calapez e Sofia Vilarigues | Jornalistas

Pequenos filmes-ensaio que partem de histórias reais, relações interpessoais, a realidade da exclusão, uma presença quase constante da natureza, interação com outras culturas. Foi grande a diversidade dos filmes-ensaio apresentados, dia 11 de junho, na Cinemateca Portuguesa, pelos alunos de escolas portuguesas participantes.

Este momento insere-se no programa pedagógico *Cinema, cem anos de juventude*, que integra *O mundo à nossa volta*, programa atualmente coordenado por Os Filhos de Lumière. Um projeto experimental de iniciação ao cinema.

O projeto, como vem referido na apresentação da iniciativa, “reúne atualmente 15 países, da Europa e do mundo, trabalha uma metodologia que alia a análise de filmes à prática de fazer”. Ao longo do ano letivo, “cineastas, professores, alunos em todos os países participantes exploram uma questão de cinema, a partir das mesmas regras de jogo”.

No último período de cada ano, os alunos realizam um filme-ensaio-coletivo, subordinado a um tema que, este ano, foi *Indivíduo, Grupo, Comunidade*.

Ver filmes-ensaio

Escola Básica Manuel Ferreira Patrício, Évora

6+14=20

Vídeo 

EB 2,3 Marquesa de Alorna, Lisboa

Escolho o Toby

Vídeo 

Escola Básica Santana de Gambas, Mértola

O Homem do Saco

Vídeo 

Escola B/S Alfredo da Silva, Albarraque/Sintra

Laços

Vídeo 

Escola Secundária Miguel Torga, Monte Abraão/Sintra

Karma

Vídeo 

Escola Secundária de Serpa

Destinos

Vídeo 

Escola Secundária Marquês de Pombal, Lisboa

Kabbadi

Vídeo 

Escola Secundária de Camões, Lisboa

Eu Acho que Fico

Vídeo 

Escola Secundária Matias Aires, Agualva e Mira-Sintra, Sintra

O Intruso

Vídeo 

Texto completo 



Sara Covas
Dirigente SPGL

a voz a quem entra

Gonçalo Palminha tem 27 anos e está no Mestrado em Ensino de Educação Física nos ensinos básicos e secundários na Universidade Lusófona.

Sara Covas (SC): A falta de atratividade da nossa profissão talvez seja mais grave no caso da disciplina de Educação Física. Há um desgaste mental, mas também há o físico, sem esquecer as condicionantes naturais que uma aula exterior pode sofrer. Estas questões são abordadas no mestrado?

Gonçalo Palminha (GP): Não, de todo. Temos muito ênfase em questões técnicas, de planeamento,

de gestão de grupos, mas o curso está muito longe de nos preparar para a precariedade da nossa classe. A realidade laboral nunca é abordada, quase como se nos quisessem ocultá-la. Efetivamente são identificados problemas e desafios ligados ao ensino de Educação Física, mas nunca as suas causas. Os baixos salários, as condições materiais das escolas, as turmas extraordinariamente grandes a nosso cargo, a extrema burocracia à profissão... tudo varrido para debaixo do tapete.

SC: Ainda não se sente, em comparação com outros grupos de recrutamento, tanta falta de professores de educação física. Que perspetiva é que tens?

GP: A oferta (ainda) é menor em relação à procura. Acaba por ser o resultado do retrocesso e da total falta de interesse em relação à Educação Física por parte de quem nos governa há décadas. É uma disciplina fulcral para o desenvolvimento integral das nossas crianças, promove o gosto pela atividade física, a adoção de estilos de vida saudáveis, educa para o movimento — não é uma opinião minha, está mais que comprovado e estudado por quem de direito — e não se percebe, por exemplo, como (ainda) não é curricular no primeiro ciclo — coloco um “ainda” porque acredito que ainda vamos muito a tempo e que a minha geração e as que aí vêm serão a voz da mudança. Claro que esta discussão tem de vir com outras a reboque, como a da manutenção, reabilitação e construção de mais equipamentos desportivos que se possam colocar ao serviço das escolas e da restante população, mas a verdade é que temos de começar por algum lado. •



IV Encontro pela Paz

No dia 31 de maio, no Seixal, teve lugar o IV Encontro pela Paz, promovido pelo CPPC em conjunto com diversas entidades, incluindo SPGL, FENPROF e CGTP-IN, sob o lema «Pela Paz Todos Não Somos Demais! Cumprir a Constituição de Abril!».

Durante um dia, foram diversas as intervenções e contributos subordinados aos temas dos três painéis: paz e desarmamento, cultura e educação para a paz e solidariedade e cooperação. Com perspetivas e olhares diferentes, todas as intervenções referiram os tempos perigosos que vivemos, as graves consequências das guerras ativas em diversos pontos do mundo, e, consequentemente a urgência de nos unirmos e mobilizarmos em torno da luta pela amizade, cooperação e paz.

O Encontro terminou com a leitura do [Apelo à defesa da Paz](#), aprovado por unanimidade, o qual reafirma o compromisso das organizações promotoras com o prosseguimento de ações em defesa da Paz, do desarmamento e do cumprimento da Constituição da República.

No final, seguiu-se um desfile até à Baía do Seixal, onde ecoou uma vez, e na voz dos cerca de mil participantes, a exigência de um mundo que não seja de guerra, ameaça, confronto e rivalidade, mas sim de fraternidade, amizade, cooperação e paz! •



Solidariedade com a Palestina

Lígia Calapez e Sofia Vilarigues | Jornalistas

O SPGL/FENPROF têm vindo a participar em múltiplas manifestações de solidariedade com a Palestina:

4 de junho - professores, educadores e investigadores estiveram presentes na “Manifestação de Solidariedade com a Palestina! Fim do Genocídio”, em Lisboa, convocada por CPPC, CGTP-IN, MPPM e Projeto Ruído.

17 de junho - docentes e investigadores estiveram presentes na Manifestação «Fim ao Genocídio, Reconhecimento do Estado da Palestina Já!», do Largo Camões à Assembleia da República.

5 de julho - docentes e investigadores participaram na manifestação promovida por CGTP-IN, CPPC, MPPM e Projeto Ruído, no Largo Camões, sob o lema “Paz no Médio Oriente! Fim ao Genocídio!”. Uma iniciativa (também implementada em vários pontos do país), convocada na sequência da ofensiva israelita, assim como dos bombardeamentos dos EUA sobre o Irão (“um perigoso desenvolvimento da desestabilização da região”).

11 de julho - delegados e dirigentes sindicais participaram no Ato Público, promovido por CPPC, CGTP-IN, Projeto Ruído e MPPM, por ocasião do Debate e Votação pelo Reconhecimento do Estado da Palestina, na Assembleia da República.●



SPGL na 9.ª Conferência Nacional da CIMH

A Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens – CIMH/CGTP-IN realizou a 9.ª Conferência Nacional, no dia 5 de Junho, em Lisboa, para debater a situação atual das mulheres no mundo do trabalho, lançar as novas reivindicações e eleger a Direção Nacional para o próximo mandato (2025/2029). Delegados e dirigentes do SPGL participaram nesta iniciativa, destacando-se neste âmbito as intervenções proferidas por Albertina Pena, Catarina Teixeira e Sandra Barão.

Por uma educação sem retrocessos

Albertina Pena | Dirigente SPGL

Há muito trabalho feito na invisibilidade, não remunerado e feito essencialmente por mulheres, como é o caso do trabalho doméstico e do cuidado. Esta ocupação deixa muitas mulheres sem tempo para a intervenção, cívica e política. Condiciona o acesso à educação, à cultura e ao lazer.

Os custos cada vez mais elevados da alimentação, da habitação e de outros

bens essenciais levam muitas mulheres, e também homens, a procurar mais do que um trabalho para fazer face a todas as despesas. Um trabalho a tempo inteiro que impõe uma escola a tempo inteiro. Esta não pode ser a resposta para um mercado laboral que assenta no trabalho precário e nos baixos salários. Na escola a tempo inteiro as crianças suportam horas de atividades letivas maiores que muitas jornadas de trabalho de pessoas adultas.

[Texto completo](#) 

As desigualdades continuam também na profissão docente

Catarina Teixeira | Dirigente SPGL

Concluo afirmando que o combate à discriminação das mulheres para a efetivação do princípio da igualdade entre mulheres e homens em todas as áreas laborais e sociais, concretiza-se com o emprego com direitos, com o fim da precariedade, a valorização dos salários e das condições de trabalho, nomeadamente com o fim dos horários mais longos ou horários desregulados, mas também com a promoção de licenças de maternidade e paternidade mais alargadas, de maior apoio às famílias nomeadamente com crianças até aos 3 anos.

[Texto completo](#) 

Eu sou trabalhadora no ensino particular e cooperativo

Sandra Barão | Dirigente SPGL

Eu sou trabalhadora no ensino particular e cooperativo, setor que tem sido alvo de vários ataques aos direitos das trabalhadoras e trabalhadores. Como tive a oportunidade de referir no 15.º Congresso da FENPROF, a possibilidade de caducidade de forma unilateral, pelo patronato, das Convenções Coletivas de Trabalho, no ensino particular e cooperativo, ensino artístico especializado e ensino profissional, tem sido motivo do agravamento das condições de trabalho, principalmente no que respeita aos horários de trabalho, remunerações e desrespeito pelos profissionais deste setor educativo.

[Texto completo](#) 



Cimeira e Marcha da Frente Comum

Serviços Públicos não são mercadoria!

No dia 17 de junho teve lugar na Sede do SPGL a Cimeira dos sindicatos da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública onde foram discutidos os problemas dos trabalhadores da Administração Pública e o programa de Governo, o qual persiste no agravamento das condições dos serviços públicos e dos seus trabalhadores.

No seguimento desta Cimeira, a Frente Comum decidiu avançar com uma Marcha no dia 17 de julho, em Lisboa, do Largo da Estrela em direção à Residência Oficial do Primeiro-Ministro.

Professores, educadores e investigadores, juntamente com outros trabalhadores da Administração Pública, exigem a defesa de Serviços Públicos de qualidade para todos, o aumento imediato dos salários, a valorização das carreiras. ●

Marcha Frente Comum (resumo)

Vídeo



Intervenção de Tiago Oliveira (SG CGTP-IN)

Vídeo



Intervenção de Francisco Gonçalves (SG FENPROF)

Vídeo



Intervenção de Sebastião Santana (Coordenador FC)

Vídeo





Encontro Nacional da CGTP-IN

SPGL presente no Encontro sobre Segurança Social

«1. Todos têm direito à segurança social.»

Constituição da República Portuguesa, Artigo 63.º

Sob o lema «Defender a Segurança Social Pública, Universal e Solidária – A Segurança Social é um património dos trabalhadores, não é do Capital», e inserido na Campanha Nacional «Segurança Social Pública uma conquista e um património dos trabalhadores», a CGTP-IN realizou, 3 de Julho, em Almada, na Academia Almadense, um grande Encontro Nacional de dirigentes, delegados, ativistas e representantes eleitos pelos trabalhadores.

Ativistas, delegados e dirigentes do SPGL e dos sindicatos da FENPROF participaram nesta importante iniciativa, na qual se discutiram os desafios colocados ao Movimento Sindical Unitário na defesa da Segurança Social Pública, conquista de Abril, face ao ataque de que está a ser alvo pelo capital financeiro, particularmente ao sistema público de pensões, e a necessidade de mobilização e luta de todos em defesa do sistema de Segurança Social Pública, Universal e Solidária. ●

Nota de Solidariedade | Companhia Teatro «A Barraca»



Solidário com a Companhia de Teatro «A Barraca», o SPGL repudia a ação de violência perpetrada por um grupo de indivíduos ligados à extrema-direita, no passado dia 10 de junho de 2025, contra um grupo de atores da companhia, designadamente contra o ator e também professor Adérito Lopes, barbaramente agredido.

O SPGL considera fundamental fazer cumprir a Constituição da República Portuguesa, a qual, entre outros aspetos, determina no seu artigo 46.º: «Não são consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista». •

Nota de Pesar | Eduardo Gageiro, fotógrafo da Revolução

Faleceu no passado dia 4 de junho de 2025, Eduardo Gageiro (Sacavém, 1935 - Lisboa, 2025), fotojornalista cuja Obra constitui um importante testemunho que ficará para sempre associada à Revolução de Abril.

Lembrando a sua criatividade e o seu compromisso, a FENPROF manifestou profundo pesar pelo falecimento de Eduardo Gageiro, fotógrafo de Abril e nome incontornável da Cultura em Portugal, cuja Vida e Obra constituem um importante exemplo e testemunho para o imaginário coletivo do País e em particular para as novas gerações. •



Elisabete Zagalo
Dirigente SPGL

Férias

PERGUNTA 1 |

Quantos dias de férias têm os professores direito?

Nesta matéria o artigo 86.º do Estatuto da Carreira Docente estabelece que ao pessoal docente se aplica a legislação geral em vigor na função pública. Em matéria de férias o ECD, por sua vez, determina que de acordo com o n.º 1 do artigo 126.º da LTFP, o trabalhador tem direito, em cada ano civil, a um período de férias remuneradas de 22 dias úteis.

PERGUNTA 2 |

A antiguidade bonifica os dias de férias?

Sim, em conformidade com n.º 4 do artigo 126.º da LTFP, direito a férias, podemos verificar que os educadores de infância e os professores do ensino público bonificam o período de férias de acordo com a antiguidade, assim sendo, ao disposto no n.º 1 do mesmo artigo, acresce um dia útil de férias por cada 10 anos de serviço efetivamente prestado.

PERGUNTA 3 |

Que tipo de faltas descontam nas férias?

Descontam:

> As Faltas injustificadas - Artigos 238.º, 257.º do Código do Trabalho - Reduzem proporcionalmente os dias de férias. O Código do Trabalho estabelece que, para cada cinco faltas injustificadas, o trabalhador perde um dia de

férias. No entanto, a legislação também prevê um limite máximo de 20 dias úteis de férias, mesmo que o trabalhador tenha mais faltas injustificadas.

> Substituição dos primeiros três dias nas faltas dadas por doença: De acordo com a legislação em vigor, artigo 15.º da Lei n.º 35/2014, é prevista a perda da totalidade da remuneração nos primeiros 3 dias de falta por doença, contudo, a LTFP prevê no seu artigo 135.º n.º 4, que, nos casos em que as faltas determinem perda de remuneração possam ser substituídas por dias de férias.

Faltas que não afetam o gozo de férias, são todas as previstas no artigo 103.º do ECD:

- a) Assistência a filhos menores;
- b) Doença;
- c) Doença prolongada;
- d) Prestação de provas de avaliação por trabalhador-estudante abrangido pelo n.º 1 do artigo 101.º;
- e) Licença sabática e equiparação a bolseiro;
- f) Dispensas para formação nos termos do artigo 109.º;
- g) Exercício do direito à greve;
- h) Prestação de provas de concurso.

PERGUNTA 4 |

Como é descontado, por tempos, o artigo 102.º nos dias de férias?

A utilização do artigo 102.º do ECD, é o gozo antecipado de férias até ao limite de 7 dias por ano, conforme conjugado com o artigo 135.º da LTFP. As faltas a tempos letivos, por conta do período de férias, são computadas nos termos previstos do n.º 5 do artigo 94.º do ECD, até ao limite de quatro dias, a partir do qual são consideradas faltas a um dia. O n.º 5 do artigo 94.º estabelece que: É considerado um dia de falta a ausência a um número de horas igual ao quociente da divisão por cinco do número de horas de ser-

viço docente que deva ser obrigatoriamente registado no horário semanal do docente.

Por sua vez, como se verifica no n.º 2 do artigo 94.º do ECD, as faltas dadas a tempos registados no horário individual do docente são referenciadas a:

- a) Períodos de uma hora, tratando-se de docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico;
- b) Períodos de quarenta e cinco minutos, tratando-se de docentes dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário. A ausência do docente a um dos tempos de uma aula de 90 minutos de duração é registada por períodos de quarenta e cinco minutos. •

legislação

www.spgl.pt
Legislação



I Série

Declaração de Retificação n.º 27/2025/1

Retifica a Portaria n.º 171/2025/1, de 10 de abril, que determina a desmaterialização dos processos de junta médica de avaliação de incapacidade, aprova a lista de patologias que podem ser objeto de emissão de atestado médico de incapacidade multiuso, com dispensa de junta médica de avaliação de incapacidade, e emite novas disposições relativas às juntas médicas de avaliação de incapacidade.

Decreto-Lei n.º 86-A/2025

Cria um suplemento extraordinário de pensões.

II Série

Despacho n.º 7654/2025

Define os termos e os montantes de apoios a que têm direito os membros das direções das escolas portuguesas no estrangeiro, os respetivos adjuntos e os docentes que se desloquem de Portugal para o exercício de funções nessas escolas.

Despacho n.º 8464-A/2025

Aprova as tabelas de retenção na fonte para os rendimentos do trabalho dependente e de pensões, aplicáveis aos rendimentos pagos ou colocados à disposição entre 1 de agosto e 30 de setembro de 2025 e a partir de 1 de outubro de 2025. •



Virgílio Teixeira
Advogado SPGL

A resposta disciplinar às agressões praticadas pelos alunos sobre os docentes

Na sequência da análise do problema das agressões sofridas por docentes praticadas por alunos, nesta edição da nossa revista vai ser abordada a resposta disciplinar.

O Estatuto do Aluno e Ética Escolar, aprovado através da Lei n.º 51/2012, constitui o fundamento jurídico do direito disciplinar do discente, estabelecendo os seus direitos e deveres. Para um adequado desenvolvimento deste Estatuto cada Escola tem um regulamento interno que estipula as regras específicas e as sanções disciplinares aplicáveis em caso de incumprimento.

A alínea i) do artigo 10.º do Estatuto, estipula o dever de o aluno “Respeitar a integridade física e psicológica de todos os membros da comunidade educativa, não praticando quaisquer atos, designadamente violentos, independentemente do local ou dos meios utilizados, que atentem contra a integridade física, moral ou patri-

monial dos professores, pessoal não docente e alunos”. De acordo com o artigo 22.º do Estatutos, a violação deste dever constitui infração disciplinar passível da aplicação de medida corretiva ou medida disciplinar sancionatória.

As medidas disciplinares corretivas previstas no Estatuto são: advertência; ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar; realização de tarefas e atividades de integração na escola ou na comunidade; condicionamento no acesso a certos espaços escolares ou na utilização de certos materiais e equipamentos e mudança de turma. Quanto às medidas disciplinares sancionatórias, o Estatuto estipula as seguintes: repreensão registada; suspensão até 3 dias úteis; suspensão da escola entre 4 e 12 dias úteis; transferência de escola e expulsão da escola.

Por regra, cabe ao diretor instaurar o procedimento disciplinar e designar o instrutor. Concluída a instrução, é elaborado relatório final que pode propor o arquivamento dos autos ou a aplicação de sanção. No caso de ser proposta medida disciplinar de transferência de escola ou de expulsão da escola, a decisão cabe ao diretor-geral da educação.

Com vista à execução das medidas aplicadas o diretor de turma, o professor-tutor do aluno, caso tenha sido designado, ou o professor titular ficam obrigados ao acompanhamento do aluno. •



Visita cultural recordando José Saramago e Camões

No dia 7 de junho, terminaram as atividades culturais do Departamento de Professores e Educadores Aposentados, no presente ano letivo, com a visita de estudo a Constância e Azinhaga do Ribatejo, a fim de relembrar dois grandes nomes da literatura portuguesa: Luís de Camões e José Saramago.

O percurso iniciou-se visitando a Delegação de Azinhaga da Fundação José Saramago, onde se encontra exposto parte do espólio do escritor que nos remete para a sua infância e a estreita ligação com o avô Jerónimo e a avó Josefa, e ainda a vasta obra do Prémio Nobel. Seguiu-se o percurso pela Rua das Cem Oliveiras, a mais emblemática da povoação, onde, pela ocasião do centenário do nascimento do autor, foram plantadas cem oliveiras, tendo cada uma delas o nome de uma das muitas personagens da obra saramaguiana. Junto à estátua foi lido um dos textos que refere a ligação de Saramago à terra natal. A visita terminou percorrendo um trecho nas margens do rio Almonda onde o escritor pescava com o avô Jerónimo, “o homem mais sábio” que conheceu, como escreveu no discurso feito em Estocolmo quando recebeu o Prémio Nobel.

Na parte da tarde visitámos Constância e a Casa-Memória Camões, onde se encontram duas exposições temporárias para comemorar os 500 anos do nascimento do Poeta.

[Texto completo](#) 

Atividades realizadas no ano letivo - 2024/25

O número de sócios aposentados do SPGL tem vindo a aumentar e, por isso, temos continuado a organizar ações procurando estimular a sua participação na vida sindical em geral e na luta por melhores condições de aposentação.

Nesse sentido participámos nas ações reivindicativas organizadas pelo SPGL, FENPROF, Inter-Reformados da CGTP-IN e outras organizações, em defesa das reivindicações dos pensionistas e reformados, dos docentes no ativo e dos trabalhadores no geral.

Neste ano conseguimos uma vitória importante com o lançamento de uma petição para a atualização de todas as pensões logo no ano seguinte ao da aposentação, mas continuaremos a luta pela retroatividade. Outras lutas a darmos continuidade - que a recuperação do tempo de serviço abranja os docentes que se aposentaram sem verem a reposição desses anos no cálculo da sua pensão, a eliminação do fator de sustentabilidade e a revisão da legislação do cálculo das pensões.

A nível sociocultural organizámos ações diversificadas e bem-sucedidas, cultural e socialmente gratificantes, e, ao mesmo tempo, um espaço de informação e debate das questões reivindicativas. Desenvolvemos 25 ações culturais, desde debates a viagens internacionais, em que participaram cerca 750 associados.

No próximo ano letivo prosseguiremos o trabalho que temos desenvolvido, continuando a afirmar que, como docentes aposentados, queremos manter-nos sindicalizados, debatendo, defendendo e lutando pela dignificação dos aposentados/reformados e por melhores condições de vida. Continuaremos também a lutar em defesa da Escola Pública, pelo reforço da Segurança Social Pública, Universal e Solidária, pelo reforço urgente e sólido do SNS e a manutenção da ADSE como sistema público complementar de saúde para todos os trabalhadores e aposentados da Administração Pública. ●



Exposição de Fátima Ventura: Diversidades

Ana Cristina Gouveia | Dirigente do SPGL

Foi inaugurada, no Espaço ABC, no dia 10 de julho de 2025, a Exposição de pintura e artes plásticas de Fátima Ventura.

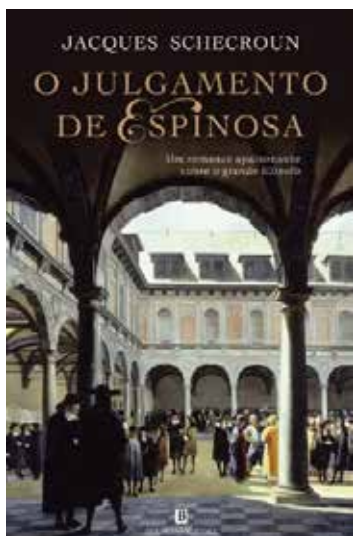
A artista refere, a propósito: «A diversidade nas abordagens à Arte é um elemento impulsionador. O encontro entre ideias e materiais faz do ato criativo um desafio constante. Materiais convencionais e outros reciclados, do quotidiano, alimentam a imaginação. É neste universo que me movimento e é nele que me expresso, procurando criar uma mensagem». Esta exposição estará patente até ao dia 4 de setembro de 2025 e aguarda a sua visita. ●

«Venham Mais Cinco

O Olhar Estrangeiro sobre a Revolução Portuguesa- 1974/1975»

A exposição «Venham Mais Cinco – O Olhar Estrangeiro sobre a Revolução Portuguesa (1974 – 1975)», com curadoria de Sérgio Tréfaut e consultoria histórica de Luísa Tiago de Oliveira, apresenta, pela primeira vez em Portugal, 200 imagens captadas por 30 fotógrafos internacionais que testemunharam a Revolução dos Cravos.

Está patente em Almada de 24 de maio a 24 de agosto, em frente à antiga Lisnave – Parque Empresarial da Mutela. Com entrada gratuita, a exposição pode ser visitada de quinta a domingo, das 11h às 19h. ●



LEITURAS

O Julgamento de Espinosa

Jacques Schecroun

Bertrand Editora

«Não nos competirá incluir em vez de excluir? Não nos caberá ver no outro uma potencial fonte de riqueza?». Esta uma questão – hoje particularmente oportuna - colocada na contracapa de um romance que se baseia em factos reais: a história do percurso de Espinosa, da perseguição a que foi sujeito pelas ideias defendidas, pela afirmação da liberdade de pensamento.

Filho de uma família que teve de fugir da inquisição portuguesa, Espinosa, criado na comunidade luso-judaica em Amesterdão, viria a ser perseguido e expulso dessa mesma comunidade.

À acusação de «atos monstruosos e heresias horríveis», Espinosa respondeu, defendendo que «ninguém pode transferir para outro o seu direito natural, ou seja, a sua capacidade de raciocinar livremente e de julgar livremente todas as coisas».

Este o seu «crime». A afirmação de um direito cuja defesa hoje – num momento em que liberdades básicas estão ameaçadas - continua a ser particularmente atual.

Não por acaso, o autor dedica o livro «a todos aqueles que sempre foram excluídos por ousarem pensar de maneira diferente. Sobretudo dedico-os a todos aqueles que, ainda hoje, aqui e noutros lugares, são ameaçados de exclusão da sua família, da sua comunidade, da sua pátria, do seu círculo só porque, como Paul Éluard, "nas coroas dos reis... em cada baforada de aurora... nos caminhos despertos..." escreveram um nome: liberdade.»

E vale a pena sublinhar - Espinosa é hoje uma referência incontornável na Filosofia. Dos seus perseguidores não reza a história.●

Lígia Calapez



ficha técnica

Diretor José Feliciano Costa | **Chefe de Redação** Manuel Guerra **Conselho de Redação** Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula Rodrigues, Jorge Humberto, Pedro Nunes, André Levy, António Avelãs, Sara Covas **Composição** Fátima Caria **Jornalistas** Lígia Calapez, Sofia Vilarigues **Paginação e Grafismo** Dora Petinha **Capa:** Mural 50 Anos SPGL **Fotografia** Joana Rodrigues **Revisão** Lígia Calapez **Edição e Propriedade** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa **NIPC** 501057528 **Periodicidade** Mensal **Depósito legal** 9157/85 **ICS** 109893

LISBOA 18 OUT 2025

PRAÇA DO IMPÉRIO,
JUNTO AO MOSTEIRO
DOS JERÓNIMOS



7ª CORRIDA NACIONAL DOS PROFESSORES E DA EDUCAÇÃO

PARTICIPA!

A PARTIR DAS **09H00**
CORRIDA PRINCIPAL **11H00**

regulamento



Consulta o regulamento e inscreve-te em: <https://corridafenprof.sports4all.pt>

Condições especiais para as inscrições feitas até ao dia 12 de outubro (consultar o regulamento).
Escalaões dos 7 aos 77 e mais anos | Prémios para todos | Diversões para os mais novos



0000 275



SPGL
Sindicato dos Professores
da Grande Lisboa
membro da FENPROF

Sede
Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
spgl@spgl.pt
Direção: spgl@spgl.pt
www.spgl.pt

**Direção Regional
de Lisboa**

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3.º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
dr@lisboa.spgl.pt

**Direção Regional
do Oeste**

Caldas da Rainha
Av. Eng.º Luís Paiva e Sousa,
4 B 2500-329
Caldas da Rainha
Tel: 262841065

Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt

Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol
Jardim, Lj 3 - 2.º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634
Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

**Direção Regional
de Santarém**

Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S.
Domingos, 3º B 2200-397
Abrantes

Tel: 241365170
Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
Santarém
Rua Vasco da Gama,
16 J - 1.º Esq. 2000-232
Santarém
Tel: 243305790
Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
Tomar
Av. Ângela Tamagnini,
n.º 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196
Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

Torres Novas
R. Padre Diamantino
Martins, lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734
Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

**Direção Regional
de Setúbal**

Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca,
5 - 2.º 2900-218 Setúbal
Tel: 265228778
Fax: 265525935
setubal@spgl.pt

Barreiro
Praceta João Azevedo n.º 2,
Loja E
2830-527 Barreiro
Telef: 212 064 036
Tel: 91 050 93 98
barreiro@spgl.pt
Almada
R. D. Álvaro Abranches da
Câmara, n.º 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813
Fax: 212722865
almada@spgl.pt

www.spgl.pt

